

Quilombo do Rosa: território de compartilhantes e resistência à “modernização”**Quilombo do Rosa: a territory of sharers and resistance to "modernization"****Quilombo do Rosa: un territorio de aparceros y resistencia a la «modernización»**

David Junior de Souza Silva, Cientista Social, Doutor em Geografia. Professor Permanente e atual Coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional PROFSOCIO/UNIFAP e Professor Colaborador do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Marivania Leonor Souza Furtado, Cientista Social. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenadora do LIDA/UEMA e do Programa PROETNOS. Pós-doutoranda do PPGAS/UnB.

Resumo: Este artigo versa sobre as condições e estratégias de reprodução socioeconômica e territorial do Quilombo do Rosa, comunidade localizada na zona rural do município de Macapá, Amapá. A reflexão centra-se nas relações que a comunidade quilombola desenvolve com a natureza, enquanto mais uma compartilhante. Os dados foram obtidos por meio de etnografia junto à comunidade, realizada nos anos de 2017 a 2019. A modernização do território, aqui entendida como colonialidade, afeta diretamente a territorialidade quilombola ali vivenciada. A existência de condições de possibilidade para o exaurimento de tudo que é necessário no território e o silenciamento da legislação sobre essas condições reproduzem-se como estratégias silenciosas do colonialismo, para inviabilizar a existência desse modo de vida outro, representado, enquanto resistência, na autogestão contracolonial territorial do Rosa.

Palavras-chave: Colonialidade; Quilombo do Rosa; Amazônia setentrional; Contracolonialidade.

Abstract: This article deals with the conditions and strategies for socio-economic and territorial reproduction of Quilombo do Rosa, a community located in the rural area of the municipality of Macapá, Amapá. The reflection focuses on the relationship that the quilombola community develops with nature, as another sharer. The data was obtained through ethnography in the community, carried out between 2017 and 2019. The modernization of the territory, understood here as coloniality, directly affects the Quilombola territoriality experienced there. The existence of possible conditions for the exhaustion of everything that is necessary in the territory and the silencing of legislation about these conditions are reproduced as silent strategies of colonialism, to make the existence of this other way of life impossible, represented, as resistance, in the counter-colonial territorial self-management of Rosa.

Keywords: Coloniality; Quilombo do Rosa; Northern Amazon; Countercoloniality.

Resumen: Este artículo aborda las condiciones y estrategias de reproducción socioeconómica y territorial del Quilombo do Rosa, comunidad localizada en el área rural del municipio de Macapá, Amapá. La reflexión se centra en la relación que la comunidad del quilombo desarrolla

con la naturaleza, como una partícipe más. Los datos fueron obtenidos a través de etnografía en la comunidad, realizada entre 2017 y 2019. La modernización del territorio, entendida aquí como colonialidad, afecta directamente la territorialidad quilombola allí vivida. La existencia de condiciones para el agotamiento de todo lo necesario en el territorio y el silenciamiento de la legislación sobre estas condiciones se reproducen como estrategias silenciosas del colonialismo, para hacer inviable la existencia de esta otra forma de vida, representada, como resistencia, en la autogestión territorial contracolonial de Rosa.

Palabras clave: Colonialidad; Quilombo do Rosa; Amazonia Norte; Contracolonialidad.

1 Introdução

As comunidades quilombolas que, historicamente, tem disputado o chamado “território” brasileiro, são produto e produtoras da modernidade/colonialidade eurocentrada (LANDER, 2000), ao mesmo tempo em que representam, a partir das suas territorialidades resistentes, a potente oposição ao processo colonialista (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007) de outrora, e de sua atualidade transmutada em neodesenvolvimentismo.

A oposição à racionalidade eurocêntrica, expressa no modo de vida quilombola, se dá, em primeiro lugar, por sua própria constituição social e cultural avessa às categorias europeias. Em termos gerais, sua estrutura social baseia-se na divisão do trabalho sem implicar hierarquia na distribuição dos produtos do trabalho. Além disso, vivenciam o seu território, não como uma fonte de recursos, mas como mais um dos tantos “compartilhantes” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 22).

Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 22).

Instaladas em localidades historicamente de “desinteresse” da economia colonial ou fora do alcance dos poderes coloniais e do controle territorial destes (MOURA, 1981), as comunidades quilombolas tem de lidar, na atualidade, com a mesma sociedade que no passado colonial as escravizou, à medida que esta sociedade avança sobre toda a cobertura do território brasileiro, na forma da apropriação mercadológica de “recursos naturais”. Primeiro os do extrativismo (mineração e rios, biodiversidade e madeira). Depois o daqueles *importante¹s* à

¹ Bispo dos Santos (2023) nos coloca uma diferença decolonial entre o que é *importante* e o que é *necessário*. Define que todas as vidas, incluído todos os seres (rios, plantas, animais, humanos, astros, dentre outros) são necessários e não importantes. A noção de importância, para esse pensador, é fruto da racionalidade eurocristã que hierarquiza seres, subjugando uns à condição de não importantes ou

produção (especialmente de monoculturas), como a terra. Chegando à forma da ampliação das redes técnicas (ferrovias, rodovias, hidrovias, energia elétrica, moradias permanentes e de turismo).

O pressuposto da problemática de reflexão aqui é que, conforme se dá o avanço do controle e apropriação territorial efetivo pela sociedade nacional sobre as múltiplas territorialidades existentes, as comunidades quilombolas tem de lidar novamente com a sociedade nacional (atualização da sociedade colonial), reinventar formas de vivências em seus territórios, bem como criar estratégias de confronto político, considerando o arcabouço jurídico e a esfera pública vigente, para a garantia de sua cidadania e seu direito territorial.

Tomaremos como lócus desta reflexão a comunidade quilombola do Rosa, situado na zona rural de Macapá, que face à modernização do território do estado do Amapá, tem desenvolvido estratégias para a garantia da sua reprodução sócio-territorial e seu modo de vida. Essa modernização, da forma como se dá na sociedade brasileira, ao atingir o território da comunidade, implica alguma precarização das condições de sua reprodução territorial. Isto, por sua vez, impõe à comunidade a necessidade de criação de estratégias para a garantia da sua gestão territorial– com transformações sociais e ambientais significativas.

A metodologia de pesquisa consistiu de etnografia realizada junto a comunidade do Rosa nos anos de 2017 a 2019, totalizando em torno de quatro meses de trabalho de campo com a comunidade. Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG).

A metodologia de pesquisa consistiu de etnografia realizada junto a comunidade do Rosa entre os anos de 2017 a 2019, cujo investimento teórico metodológico resultou em uma análise mais abrangente (SOUZA SILVA, 2019), da qual este artigo é parte significativa. A pesquisa de campo teve como principais interlocutores a Dona Geralda, matriarca do Rosa, e seus filhos, que também são lideranças na comunidade.

Para a análise da relação da comunidade quilombola do Rosa e suas estratégias de enfrentamento ao avanço da modernidade/colonialidade sobre seu território, iniciaremos com uma reconstrução conceitual da relação da comunidade com o ambiente; apresentaremos em seguida a caracterização qualitativa da modernização do território do Rosa inserido no contexto de expansão da cidade de Macapá e por fim, nos deteremos sobre a relação contemporânea da

desnecessários. Importante aqui, se refere o que importa ao colonialismo e necessário, o seu oposto – a contracolonialidade.

comunidade com a natureza, e sua forma própria de autogestão territorial. (BISPO DOS SANTOS, 2023)

2 Território nacional: colonização e modernização recente

A modernidade eurocêntrica traz consigo a colonização: entendida como controle territorial e controle dos corpos colonizados. Discriminamos aqui, dois momentos desta modernização eurocêntrica. O período colonial propriamente dito, com suas particularidades, e o período republicano desta modernização, marcado no Brasil pelos ciclos do nacional-desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo.

A modernização colonial é aquela que produziu (e por ela foi produzida) a escravização na África, a diáspora forçada dos africanos, e a exploração de seu trabalho como mão-de-obra escravizada. Em relação a esta “modernização”, os africanos e seus descendentes no Brasil se insurgiram formando os quilombos históricos.

A modernização tardia, no período republicano, implica na expropriação dos territórios de ocupação tradicional quilombola, na exploração dos recursos naturais presentes nesses territórios, mas não entendidos por essas comunidades como coisas que se compram ou trocam, mas que se compartilham, e na proletarianização destas comunidades.

Esta modernização tardia do território coloca assim novos desafios para a reprodução sócio-territorial das comunidades tradicionais, à medida que tem que se relacionar com novos elementos trazidos por essa “modernização”. Esta modernização não é homogênea nem se repete de maneira igual em nenhuma parte do território nacional; portanto, é um princípio metodológico que sua compreensão tem de se dar na escala local e regional – sem desconsiderar, evidentemente, os elementos geopolíticos.

Nessa senda, partiremos das estratégias de reprodução material e territorial desenvolvidas pelo quilombo do Rosa, zona rural da cidade de Macapá, face ao processo de modernização vivido no território amapaense ao longo da história de existência do quilombo, ou seja, desde 1902, para entendermos a socioeconomia da comunidade e as mudanças implicadas na autoatualização de sua reprodução econômica, frente ao processo de modernização vigente.

2 O território amapaense e a conjuntura político-econômica do início do século XXI

A Amazônia cresce em *importância* para a reprodução ampliada do capital no século XXI, por sua condição de última fronteira dos recursos naturais para a territorialização do capitalismo.

A Amazônia foi no passado “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados. Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; seja como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm acorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram). (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Dentro da Amazônia, o estado do Amapá, devido às peculiaridades de sua localização – marcada pela inexistência de acesso por vias terrestres (somente aéreo e hidroviário) -, é considerado, por sua vez, a última fronteira da Amazônia. Tal fator, no início do século XXI, coloca o estado numa condição peculiar face aos avanços e a territorialização do capitalismo nessa região, notadamente com as atividades da monocultura, da pecuária, da mineração industrial e da hidroenergia.

Os territórios de ocupação tradicional das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas do estado tornam-se, nesta nova conjuntura da modernização tardia do território, alvo de expropriação por parte dos grandes capitalistas.

O território amapaense aparece de um modo geral como alvo da reprodução ampliada do capital. Os recursos naturais, por sua vez, aparecem como estratégicos para a garantia da reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002).

No quilombo do Rosa verifica-se, conjunturalmente, uma convergência de forças capitalistas de diferentes escalas agindo para se apropriarem de seu território, de seus recursos naturais e de sua força de trabalho, atualizando assim a colonialidade.

3 Socioeconomia, estrutura social e código cultural

No quilombo do Rosa a estrutura socioeconômica está diretamente relacionada ao seu código cultural e à sua forma própria de auto gestão territorial. Sua estrutura socioeconômica baseia-se na divisão coletiva do trabalho sem implicar hierarquia na distribuição dos produtos do trabalho. Não há vínculos diretos nem restritivos entre produção e distribuição. A produção não é feita em termos de uma racionalidade instrumental. Nem todas

as atividades de produção são coletivas, algumas são, porém, a maioria das atividades produtivas é feita individualmente.

Concretamente, cada um tem seu local de trabalho e a empreitada que está desenvolvendo a cada momento:

- a) A matriarca da comunidade, Maria Geralda, tem a “sua roça”, onde tem plantações de mandioca de diferentes idades. Em sua roça, o corte da mandioca já madura é sua responsabilidade individual. O plantio é uma atividade coletiva. Quando está no momento do plantio os moradores com tempo disponível se oferecem para ajudar, e alguns mesmo com outros compromissos, quando é possível, também participam dessa atividade.
- b) Dois de seus filhos, José Carlos e Josielson, decidiram recentemente pela criação de um cultivo comercial de cebolinha. Esta atividade é de responsabilidade dos dois, para a qual recrutam outros dois moradores jovens da comunidade.
- c) As suas quatro filhas exercem atividades assalariadas: três para prefeituras municipais, uma como técnica de enfermagem, outra como agente comunitária de saúde, outra como conselheira tutelar.
- d) Seu filho mais velho, Erasmo, trabalha na casa de Geralda, auxiliando-a em tudo que precisa no dia-dia e fazendo reparos na casa quando necessário.
- e) Seu filho mais novo trabalha como assalariado em uma empresa produtora de água mineral que fica nas vizinhanças.
- f) Sazonalmente, três de seus filhos, José Carlos, Joelson e Josielson, exercem ofícios assalariados para grandes agricultores nas imediações do quilombo.

Há uma atividade econômica constitutivamente coletiva: a feitura da farinha de mandioca. Envolvendo uma quantidade de diferentes processos sucessivos, a feitura da farinha, conhecida em outras regiões da Amazônia como “apuro da safra” (FURTADO, 2018), é de uma complexidade que não pode ser feita senão de forma coletiva.

Trabalhos propriamente coletivos são, pois, o plantio da mandioca e a produção da sua farinha. A atividade assim se divide:

- 1) O plantio, como dissemos, é feito de forma coletiva. A responsabilidade, entretanto, é de Geralda. É ela quem sabe o tempo de se realizar o plantio e que decide quando será realizado. Quando ela diz que é hora, os moradores se aproximam e dizem se estão disponíveis para o trabalho.
- 2) A colheita envolve o arrancar a mandioca da terra, o corte da haste da maniva e o transporte para a casa de farinha:

- a. A colheita é feita por Geralda. Ao colher ela dispõe as mandiocas de forma a facilitar o acesso e manejo para quem irá fazer o transporte. Um de seus filhos, geralmente Josielson, fica responsável pelo transporte, às vezes de bicicleta, às vezes de carro emprestado de seu serviço. Este leva a mandioca da plantação à casa de farinha.
 - b. O corte da haste da maniva é necessário para o replantio da mandioca. A haste cortada será posta de novo na terra, onde será a próxima safra de mandioca. O corte é feito por Geralda individualmente. Envolve cortar a haste da maniva e amarrar as hastes para facilitar o deslocamento para o novo local de plantio.
- 3) Na casa de farinha, a primeira atividade é descascar a mandioca, tarefa que envolve todos os adultos. Todos sentam-se, alguns em bancos, cadeiras, outros no chão, e cortam toda a mandioca trazida.
- 4) A segunda atividade, lavar a mandioca descascada, é feita por adolescentes e crianças.
- 5) O processo de ralar a mandioca é feito através de uma máquina de ralar, conhecidas em algumas regiões da Amazônia como caititu (FURTADO, 2018). Trata-se de atividade relativamente perigosa e de grande responsabilidade devido ao cuidado que é preciso ter para operar a máquina. É feita pelo filho mais velho de Geralda. A mandioca ralada que sai da máquina é reunida e despejada por esse mesmo filho no casco de amassar.
- 6) A próxima tarefa é extrair o tucupi e secar a mandioca para peneirar e torrar. Nesse casco, Geralda coloca a mandioca ralada no tipiti (instrumento para extrair o sumo da mandioca), pendura a mandioca na estrutura para extração de sumo, e extrai o tucupi.
- 7) A goma que resta no tucupi é novamente despejada no casco, onde descansa por um dia. Será passada pelo tipiti de novo no outro dia.
- 8) Após passar outra vez pelo tapiti, a goma é posta para peneirar.
- 9) A tarefa de peneirar é simples. Pode ser feita por qualquer pessoa. Depois de peneirada a mandioca ralada vai para o forno.
- 10) O forno é essencialmente masculino; envolve muitas tarefas:
 - a. Começa com ir para o campo e cortar a lenha para queimar e aquecê-lo. Esta tarefa é feita por um dos filhos de Geralda. Preparar a lenha só termina com,

após trazê-la, ter a lenha cortada e separada nos tamanhos adequados para a queima.

- b. Acender o fogo e mantê-lo na temperatura adequada é tarefa realizada por algum dos homens.
- c. Quando a farinha está no forno, um dos homens tem de mexê-la constantemente no forno para torrâ-la de forma homogênea e não evitar que se queime.

11) Após torrada, a farinha é posta para esfriar no mesmo casco usado para secá-la. Em seguida é posta em sacas e armazenada no interior da casa, de onde será servida nas refeições.

No que concerne à distribuição da farinha, há dois momentos: quando à mesa das refeições, todos tem acesso a este produto; não bastante isso, quando a produção é grande, Geralda separa sacas de farinha para dar aos demais núcleos familiares da comunidade.

Poucas atividades extrativistas ainda fazem parte da economia da comunidade. Apenas a colheita de algumas frutas pelos campos, especialmente a bacaba. Geralmente quem faz essa colheita são dois dos filhos de Geralda, Joelson e Josielson, pois são os que mais gostam dessa atividade de ir para o meio do mato encontrar as frutas.

A distribuição se dá por regras próprias, que não têm ligação com as dinâmicas da produção. Mesmo quem não participou da produção da farinha, por exemplo, terá direito a uma parcela do produzido. O regime de distribuição da comunidade não reconhece critérios legítimos de negação do acesso à produção por quem quer que seja, morador ou visitante. A diretriz geral do regime de produção é: aquele que tem, distribui para quem quiser ou quem estiver perto, independente de quem participou ou não da produção.

Foi observado apenas um critério de negação. Quando há a consideração de que alguém que não participa da vida comunitária se excede na frequência de solicitação de participação na distribuição dos produtos.

A dimensão política da vida social comunitária desconhece o poder; está assentada no tipo sociológico da dominação tradicional (WEBER, 1991).

Por seu conteúdo, a esfera política comunitária está configurada por elementos de tradição e prestígio, não sendo o poder vinculado a poder econômico nem algo que se possa acumular. A violência, por sua vez, é avessa a essas comunidades. Poder e violência são heterogêneos, é inimaginável sua vinculação.

Outra dimensão da dinâmica da dominação tradicional na comunidade é a noção de prestígio. O poder, na forma do prestígio, está na matriarca da comunidade: mais precisamente, a vigência da legitimidade está no afeto e respeito que seus filhos têm por ela.

4 Socioeconomia e relação com a natureza

O quilombo do Rosa inscreve-se no conceito de comunidade tradicional, pela relação de imanência e dependência que tem com a natureza. Para Diegues uma comunidade tradicional é aquela cujos “modos de vida particulares (...) envolvem grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica” (DIEGUES, 1996, p.18).

Dependência (melhor definida como imanência) da natureza, conhecimento e tecnologias próprias, além da simbologia, linguagem específica e mitos, são características de que é dotado o quilombo do Rosa. A dimensão das relações próprias com a natureza é a que passamos a acentuar, a fim de acompanharmos a vivência do Rosa, enquanto uma comunidade tradicional. Segundo Diegues e Arruda comunidades tradicionais são:

Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolvem modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

Uma relação específica com a natureza é uma das singularidades das comunidades tradicionais. Por mais que haja grandes similitudes entre distintas comunidades, as relações de cada uma com a natureza precisam ser estudadas caso a caso.

Para a comunidade em estudo, o Quilombo do Rosa, a escolha pelo local de construção da vida da comunidade envolve ações de domesticação da natureza e de criação de ambiente favorável à vida da comunidade, bem como ações de alteração ambiental para permitir as condições de habitat ou sobrevivência de espécies que também compartilham o território, mas que podem ameaçar a integridade física dos moradores, principalmente das crianças e idosos.

Antes de iniciar na descrição da escolha do local para construção da atual vila, cabe representar as diferentes localizações da vila da comunidade até o presente local.

Conforme exposto no mapa abaixo, o primeiro local de construção da vila é no local conhecido como Cariá, próximo ao igarapé de mesmo nome. Este é o local escolhido por Josino Valério e sua esposa para morar e onde fundou a Comunidade do Rosa.

Em seguida o próprio casal fundador mudou-se para mais próximo ao rio Matapi, onde hoje é o cemitério da comunidade. A maior parte da história da comunidade do Rosa foi vivida com a vila neste local.

A data exata da mudança da vila deste local para onde se encontra hoje não pode ser definida. Contudo, pode-se inferir que foi do ano de 1950 para cá, pois a matriarca, Maria Geralda, nasceu na segunda localização da vila, como ela mesma conta, e mudou-se para a localização atual ainda criança.

Na sede atual, hoje, ao visitar-se a comunidade, observa-se árvores das espécies mangueira, ameixeira, e jaqueira em torno das casas centrais e mais antigas da vila. Estas árvores, além de frutíferas, são árvores grandes, que dão muita sombra e fazem um contraponto ao calor. Chama atenção o fato de o ambiente onde se localiza a comunidade ser um cerrado, ou campo; ou seja, com característica de árvores baixas, espaçadas, finas e sem muita sombra.

O primeiro pensamento é o de que o local foi escolhido pelo fundador da comunidade pela presença arbórea específica. Porém, um olhar mais atento evidencia que estamos diante de um processo, cujo saber expressa uma forma específica de relação com a natureza. Ao decidir onde estabelecer sua morada no cerrado, o fundador da comunidade plantou as sementes das ameixeiras, mangueiras e jaqueiras, na sabedoria de contar com a sombra delas no futuro.

Outra espécie arbórea de grande porte em torno das casas da vila é o eucalipto. Porém não se trata nem de árvore frutífera, nem de sombra. Não se sabe ainda a razão do plantio desta árvore. Há diversas outras árvores frutíferas nos quintais das casas da vila original da comunidade: mais de uma espécie de limão e laranja, cana de açúcar, um açaizeiro, café, caju e outros. Todos plantados pelos moradores.

Há plantações de diferentes tipos de hortas também: com diferentes folhas e ervas, quase todas suspensas, para ficar fora do alcance dos animais do chão, que podem vir a comê-las ou pisoteá-las.

A escolha do local de moradia, todavia, parece ter sido escolhida devido à existência de uma mina de água nas proximidades, que hoje não existe mais. Conforme relatam os moradores, a água encanada é relativamente recente na comunidade. Na infância e adolescência, eles tinham de buscar água em baldes e latas para trazer para casa, lavar vasilhas, banhar-se, cozinhar e beber.

A extinção das condições ambientais de sobrevivência de espécies ameaçadoras ou concorrentes está em seu exemplo mais básico no ato de capinar, “limpar o terreno”, ato que tem que ser feito e refeito constantemente, pelo qual se evita que cresça demasiada vegetação no entorno das casas e dos caminhos, impedindo que esta vegetação tome conta desses espaços ou que se torne local de vida e obtenção de alimentos para outras espécies, especialmente insetos e cobras.

4.1 Dimensões da relação com a natureza

A relação com a natureza desdobra-se em duas dimensões: compartilhamento territorial, que inclui saberes para a manutenção das condições ambientais para a reprodução social e a reprodução econômica, possibilidade de obter o sustento alimentar da natureza.

Começamos pelo compartilhamento do território.

Na região natural onde se localiza a comunidade do Rosa, também é o lugar de vivência de as onças. O aparecimento de onças ou o vislumbre de seu rastro na terra causam comoção na comunidade. Comoção singular, que nenhum outro animal causa - nem sua aparentada, a jaguatirica, também conhecida como gato do mato, pois quando esta aparece, segundo Josielson, “é só bater o pé que foge”.

A mera possibilidade de presença de onça é sentida como ameaça à segurança física e, portanto, demanda uma atenção coletiva dos moradores desse território. Esta sensação se estabelece pela possibilidade de se ser vítima do ataque da onça, ou dela atacar membros mais frágeis da comunidade, como crianças, idosos e animais de criação.

A presença da onça e de suas pegadas no chão causa sempre alta comoção. Mistura de medo e fascínio. Torna-se comentário geral e impõe um estado de sítio, onde todos redobram segurança, se recolhem mais cedo às suas casas. Diante dessa ameaça, todos os sentidos ficam mais aguçados para os sinais e sons que vêm de fora. O fascínio provocado pela onça aparece também na forma de nomeá-la: é sempre “a onça”, quase com maiúsculo, quase como nome próprio, como entidade singular; nunca onças, no plural e em sentido genérico.

José Carlos relativiza um pouco essa comoção, comentando que às vezes as pessoas se confundem: “às vezes a onça já passou faz uma semana, mas a pessoa vê o rastro e fala [tom de medo] ‘a onça tá aqui perto’”.

Relatam também que, quando necessária, a caçada à onça ocorre de forma coletiva e que o sucesso da empreitada é celebrado na comunidade, evidenciando assim o controle territorial reestabelecido. Controle este que inclui também as onças como compartilhantes do

Rosa. Nas palavras do Josielson ao ser perguntado se a “onça disputava o território com a comunidade”, o mesmo respondeu: _“Não. A onça é parceira. Só não mexer com ela”.

Numa perspectiva contracolonial, Bispo dos Santos coloca que:

(...) Dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os 8 humanos. Os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofofia. A cosmofofia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmofofia? A contracolônização. (BISPO DOS SANTOS, 2023; p. 8-9)

Para Bispo dos Santos a cosmofofia é produto da racionalidade eurocristã que separa os seres humanos da condição de natureza, o que os faz agir como soberanos sobre os outros seres, tratando-os como recursos e/ou mercadorias.

As comunidades quilombolas, como é o caso do Rosa, constroem suas territorialidades, numa intrínseca relação de compartilhamento com a natureza, onde todos são necessários: humanos e não humanos, pois todos se entendem como seres da natureza.

4.2 Relação com natureza e reprodução econômica

Em termos de sua reprodução econômica, a relação com a natureza se dá na agricultura, na criação de pequenos animais, no extrativismo, na caça, e igualmente, na preservação do alimento conquistado contra agentes externos.

Na agricultura o principal cultivo é o da mandioca, para produção da farinha e do tucupi, para consumo próprio e eventualmente para venda.

O extrativismo baseava-se principalmente na pesca, na coleta do açaí, da bacaba e de outras frutas do território da comunidade. Hoje o extrativismo está praticamente extinto no território da comunidade. Quando muito coletam bacaba e alguma outra fruta do território.

A caça, conforme relatam os moradores do Rosa, nunca foi uma atividade regular, pois só eventualmente é praticada. Quando realizada, as principais caças são: paca, tatu, capivara e veado.

Devido a ocupação do território por empreendimentos externos de cunho colonialista, como o de produção de celulose, o território do Rosa tem sua cobertura vegetal quase toda devastada, impedindo assim que outros animais nele façam morada e, conseqüentemente, diminuindo as possibilidades para obtenção de fontes proteicas para a alimentação da comunidade.

Abaixo segue mapa de vegetação geral do quilombo do Rosa. Observa-se que a maior parte do território é composto de cerrado com floresta de várzea ao longo dos igarapés

que cruzam o território. Atenção também precisa ser dada a área ocupada pela empresa de celulose, toda degradada devido a eliminação do cerrado nativo para o plantio de eucalipto.

No que concerne às atividades de pecuária, a mesma é realizada no quilombo do Rosa seguindo as regras determinadas coletivamente. Assim, a determinação mais corriqueira é de criação do gado solto e o cercamento das roças. Quando essa regra não é respeitada atritos podem surgir entre os moradores e formas de ressarcimentos dos prejuízos são determinadas, internamente.

Além do gado, os pássaros, de todas as espécies, também compartilham, com os demais moradores, das frutas ainda no pé das árvores, assim como aquelas já colhidas e guardadas na varanda das casas. Para preservar a sua segurança alimentar, quanto ao consumo das frutas, os quilombolas do Rosa adotam práticas de cuidado e proteção próprios.

Nesse sentido, Erasmo, quilombola do Rosa, ao tirar uma banana do cacho que estava pendurado na varanda de casa, notou várias bananas comidas pelos pássaros, o que o fez ter de cobrir o cacho com um pano grosso para assim também poder se alimentar desse fruto.

Embora com práticas e saberes muito próprios de uma territorialidade quilombola, o Rosa tem desenvolvido, no plano econômico, estratégias de reprodução social e material articuladas às relações de mercado. É assim que desde outubro de 2017, a comunidade desenvolve uma agricultura comercial, para a geração de renda. A atividade de agricultura comercial na comunidade inicia-se com o declínio da disponibilidade dos bens passíveis de serem coletados no extrativismo.

Além desta estratégia, vários dos moradores exercem ofícios assalariados na agricultura empresarial, no serviço público e em indústrias nas proximidades. Maria Geralda comercializa gás de cozinha para moradores das redondezas.

O elemento de cooperação social, na definição de Diegues e Arruda, se aplica somente se não implicar perfeitas harmonia, consenso e coesão, que não existem senão nas idealizações, positivas e negativas, que se faz destas comunidades.

O tradicional como regido por um costume pretérito, também não se aplica. Estas comunidades se atualizam, em seus próprios termos. E redefinem suas práticas com a finalidade de permanecer as mesmas, garantir sua reprodução social como tal.

Elas assumem a autogestão do território com o objetivo de lhes permitir viver entre e transitar nos dois mundos: permanecer com seu modo de vida, sua reprodução sócio-territorial e cultural, porém falar a língua da sociedade nacional, em seus termos administrativos, jurídicos e da esfera pública em geral, para acionar diante desta mesma sociedade seus elementos que

garantem a defesa da comunidade contra os próprios atores expropriadores representantes da sociedade nacional.

5 Socioeconomia e autogestão do território

No que concerne às transformações na socioeconomia no processo de modernização do território, dois processos ocorrem. Um deles, a exaustão dos recursos naturais do ambiente em que vive a comunidade, do qual seu modo de vida é dependente. O outro, a adesão das novas gerações ao modo de vida da sociedade nacional, em detrimento daquele da sociedade quilombola, notadamente esta mudança se opera nos critérios de realização de vida.

5.1 Autogestão do território e exaustão dos recursos naturais

Apresentamos, aqui, os efeitos sociais e ambientais da lógica desenvolvimentista que se impõe sobre o território do Rosa e as estratégias de readequação da ordem sócio econômica da comunidade, frente a esse processo colonialista em curso.

Tipificamos quatro distintos níveis de degradação da vegetação nativa do território, que resultam de processos que ocorreram/ocorrem em áreas impactadas por diferentes agentes do capital.

1) a primeira área é aquela que os moradores chamam de "área da AMCEL", referindo-se a área ocupada para plantio de eucalipto pela multinacional de celulose. Esta área está totalmente degradada de sua vegetação nativa pela plantação de eucalipto pela empresa. Mesmo esta já tendo suspenso as atividades e tendo já deixado as terras há algum tempo, todavia, o dano causado não foi recuperado, portanto a vegetação que está lá é aquela resultada da plantação industrial de eucalipto.

2) a segunda é a hoje chamada pelos moradores de "área de Adriano". É uma área desprovida também da vegetação nativa, porque está sendo usada em toda a extensão marcada no desenho para agricultura comercial.

Foi uma área que foi ocupada para finalidades de produção de grãos, por uma empresa do ramo agropecuário que a adquiriu para esses fins. Ao iniciar o processo de regularização fundiária no INCRA, a empresa deixou o local. Adriano, originalmente, era funcionário da empresa e continuou trabalhando na terra mesmo após a empresa sair. Em virtude de sua convivência com a comunidade do Rosa, hoje está integrado a comunidade, tendo recentemente, casado com uma moradora do Rosa, sobrinha de Geralda.

A empresa ainda tem a posse legal das terras, que perderá com a titulação definitiva do território do Rosa. Adriano, todavia, já é autêntico membro da comunidade, não lhe sendo cabida nenhuma alteração em sua vida com o progresso do processo de titulação.

3) a terceira área é a chamada "área do Cariá". É a área mais conservada do território. Há e houve muito pouca circulação de pessoas de fora da comunidade e não houve ocupação para agricultura ou exploração comercial. Há alguns posseiros na área, porém que não desenvolvem atividades de grande porte ou impacto ambiental.

4) a quarta é a área entre a rodovia e o acesso ao rio Matapi. Também onde está a vila da comunidade. É a área a esquerda da rodovia. É uma área bastante degradada ambientalmente. E o motivo é porque é uma área de intensa circulação de pessoas, que fazem o trajeto Macapá-Matapi, e ao fazer esse trajeto adentram a mata para coletar frutas (como açaí e bacana) e caçar (paca, tatu, veado, jabuti); nestas ações, especialmente nas de caça, é frequente estas pessoas estrangeiras à comunidade atearam fogo a vegetação de cerrado ou nas matas, para afugentar animais e facilitar a caça.

Sobre este último processo que atinge o quilombo do Rosa, causando degradação ambiental e comprometendo elementos necessários à sua reprodução sócio-territorial, é preciso olhar como condição que lhe dá possibilidade, para fenômenos territoriais em que vive o entorno da comunidade do Rosa, especialmente o núcleo urbano de Macapá.

O primeiro deles, o avanço da urbanização e aumento populacional na cidade. A exaustão dos recursos naturais no Quilombo do Rosa coincide com o crescimento e expansão urbana da cidade de Macapá, bem como do aumento populacional da cidade.

Macapá experimenta crescimento e expansão urbana especiais desde a emancipação do Amapá de território federal para estado, em 1988, e da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1993; quanto ao crescimento populacional observa-se aumento exponencial, devido à migração, desde 2010.

A criação de redes técnicas é outro fator que deu condição de possibilidade para a exaustão dos recursos no Rosa: neste caso, trata-se da pavimentação da rodovia que liga a área urbana do município ao quilombo.

Este fácil acesso às terras da comunidade devido à rodovia pavimentada e ao uso do automóvel, possibilita que pessoas que vivem na cidade acessem eventualmente as terras da comunidade, e, à título de lazer, extraíam alguns dos recursos de que estamos falando: caçam, pescam, apanham açaí, bacaba, e outras frutas.

Aqueles bens da natureza que são parte constitutiva e necessária da reprodução material do Rosa tornam-se bens de usufruto do lazer de pessoas que vivem fora da comunidade, que não dependem da sustentabilidade daquele bem para sua vida cotidiana.

A ausência de restrições para a circulação de pessoas nas terras do quilombo é outro fator que possibilitou esse estado de coisas.

A comunidade, assim, tem de disputar os recursos de suas terras, necessários à sua reprodução social, contra agentes externos interessados nesses recursos para consumo recreativo. A impossibilidade de a comunidade fiscalizar em tempo integral toda a sua terra contra a entrada de estranhos e a ausência de barreiras legais para a circulação de pessoas estranhas são condições de possibilidade para o esgotamento dos recursos.

6 Apropriação capitalista do território e instituição da subcidadania do território tradicional

A modernização do território (TRINDADE JUNIOR, 2006, 2015) abrange a urbanização, redes técnicas (rodovia, ferrovia) e mercantilização dos recursos naturais. Isto tudo implica uma possibilidade ampla de circulação de estrangeiros sobre os territórios tradicionais – que não têm como cercar seus próprios territórios ou fiscalizar diuturnamente a circulação de estrangeiros nele.

A ‘modernização’ do território, tal vinda da sociedade nacional, não inclui em sua infraestrutura ou redes técnicas a criação de estruturas de delimitação e proteção dos territórios tradicionais, para protegê-los em sua integridade das ações das pessoas que circulam em torno deles ou mesmos dentro deles – como se fazem cercas e muros para proteger as propriedades individuais dentro do território incluído na territorialidade nacional.

O pressuposto deste fenômeno de exaustão dos recursos naturais necessários à reprodução social e sobrevivência das comunidades tradicionais é o racismo, que possibilita uma modernização do território com produção de subcidadania dos grupos inferiorizados no sistema racial trazido pela sociedade nacional, e o racismo ambiental, que produz a interiorização e desvalorização dos territórios de povos tradicionais.

A modernização do território, tal como ocorre, somente se converte em problema porque essa modernização é não-cidadã. É o autoritarismo da urbanização colonial e colonialista sobre os territórios tradicionais. Ela passa por cima desconsiderando usos, propriedade da terra e da natureza das comunidades tradicionais. É como se os territórios fossem terra de ninguém, sem dono, e sem ocupação.

Este processo é vivido primeiramente pelas comunidades mais próximas dos povos de urbanização. No caso do Amapá, pelas comunidades mais próximas da região metropolitana de Macapá e Santana. Todavia, presume-se facilmente que esse processo será vivido igualmente pelas comunidades mais distantes tão logo cheguem a elas as redes técnicas e de transporte.

7 Considerações Finais

O avanço da apropriação capitalista sobre o território afeta a socioeconomia na medida em que exaure os recursos naturais necessários à reprodução do modo de vida da comunidade; esta modernização altera a natureza, que por sua vez exige um ajuste no modo de vida, que era baseado numa determinada relação com aquela.

Uma modernização cidadã do território não concebe a modernização como contraditória ao modo de vida das populações tradicionais, uma vez que o papel destas na conservação da biodiversidade é insubstituível, e sua contribuição econômica, na agricultura e no extrativismo, é de muito valor – inclusive na reprodução econômica da sociedade capitalista.

A regularização dos territórios tradicionais e a criação de estruturas de demarcação, proteção e fiscalização, do respeito a esses territórios pelas pessoas estrangeiras a eles que circulam em torno ou pelo interior deles.

A interdição do acesso a estrangeiros às terras da comunidade significa garantia da reprodução econômica, e consequentemente sócio-territorial, da própria comunidade.

A conquista legal do território e sua proteção jurídica nos temos da legislação vigente não são suficientes para garantir a defesa do território e do modo de vida quilombola, devido a estes aspectos sobre os quais a legislação silencia.

A existência de condições de possibilidade para o esgotamento dos recursos dos territórios e o silenciamento da legislação sobre essas condições reproduzem-se como estratégias coloniais de destruição dos povos nativos e anticoloniais; trata-se de estratégia silenciosa de minar a possibilidade, primeiro, de reprodução de seu modo de vida particular, e, em última instância, de reprodução material destes povos.

A exaustão dos recursos naturais necessários à reprodução do modo de vida comunitário e as mudanças no modo de vida para categorias da sociedade nacional, indicam perdas nesta luta de resistência. Indicam outras frentes de luta para as comunidades quilombolas. O processo de resistência não é linear; pode vencer em umas frentes, e enfrentar retrocessos em outras.

Referências

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. 308 p.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996, p. 141-51.
- DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (org.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.
- FURTADO, Marivânia. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: um Rio Grande de possibilidades e suas barragens**. São Luís: EDUEMA, 2018.
- LANDER, Edgardo (Compilador). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, 16 (45), 2002, p. 107-22.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, maio de 2002.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SOUZA SILVA, David Junior. **“Foi uma luta grande que nós tivemos aqui”**: etnogênese e territorialidade do Quilombo do Rosa, Macapá-AP. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2019.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, n.26 (1): 177-194, 2006.
- _____. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991.